

Congresso Indigenista aprova 10 projetos brasileiros

Brasil e México firmam declaração sobre índio

Brasília (Sucursal) — Brasil e México deverão assinar hoje uma Declaração de Brasília sobre o VII Congresso Indigenista Interamericano, abrangendo todos os aspectos da política indigenista das duas nações. O documento será levado ao plenário para aprovação, e as autoridades brasileiras o vêem com "muita simpatia", já que dele consta muito das diretrizes anunciadas, em discursos na abertura do congresso, pelos Mi-

nistro Costa Cavalcanti e General Bandeira de Melo, superintendente da Funai. Ontem, o Ministro Costa Cavalcanti esteve no Itamarati, mantendo contatos com os membros da delegação brasileira. Na ocasião, o Deputado Célio Borja, que é relator do Estatuto do Índio que tramita no Congresso Nacional, mostrou-lhe o esboço da declaração conjunta Brasil-México. O Ministro aprovou o documento.

Vaticano teme ameaça na Amazônia

Cidade do Vaticano (AP-JB) — L'Osservatore della Domenica, semanário do Vaticano, afirmou ontem que "é árdua a tarefa das autoridades brasileiras, que têm se empenhado em proteger o índio; a tutelar sua existência física e a respeitar sua integridade."

O jornal faz essa afirmação ao indagar se o atual desenvolvimento do Brasil não ameaça a existência dos índios da Amazônia. Diz que "o gigante da América do Sul está despertando" e que ao Brasil "não cabem mais os tradicionais clichês do carnaval, do samba, do café e da vida divertida."

Segundo o semanário do Vaticano, o Brasil "está se convertendo em um país

de preponderante importância no plano econômico mundial, com um ritmo de crescimento recorde de 11% ao ano e com uma afluência contínua de capitais estrangeiros, em precedente."

Acréscita que essa "transformação imponente torna possível para o Brasil um futuro papel de potência mundial que está agorá ao alcance da mão." Mas, na opinião de L'Osservatore, esse progresso "tem um preço, um preço ecológico", que poderá ameaçar o índio de extinção. Afirma o jornal que "não obstante todas as medidas adotadas para proteger sua subsistência, eles ficaram reduzidos a menos de 100 mil."

Brasília (Sucursal) — A Comissão I do VII Congresso Indigenista Interamericano, que debate os problemas sanitários, jurídicos, educacionais e econômicos, aprovou ontem como projetos de recomendação da delegação brasileira, sendo três relativos à saúde e dois às artes.

O Brasil é o que mais tem feito recomendações entre os 17 países participantes da reunião. A Espanha, que está na condição de observadora, apresentou duas moções, transformadas em recomendações por decisão da Comissão II. A tarde, a Comissão I aprovou outros cinco projetos brasileiros.

Guatemala pede mais discussões

Por sugestão do representante da Guatemala, que criticou ontem o andamento do Congresso Indigenista, porque "está fugindo às discussões de caráter político, preso apenas ao exame de projetos de recomendações", a Comissão II, que estuda o Desenvolvimento Nacional e as Populações Indígenas, foi dividida em três subcomissões que discutirão três pontos destacados, num desdobramento do tema principal.

Cada delegado escolheu, de acordo com os seus interesses, os temas: 1 — Obstáculos ao Desenvolvimento Nacional e às Populações Indígenas, que inclui a marginalização e a falta de participação na planificação do desenvolvimento nacional; 2 — Como agem os Organismos Indígenas (oficiais) Diante dos Obstáculos; 3 — Como é o Comportamento dos Organismos Nacionais Referente ao Surgimento de Movimentos Nativistas e Problemas Relativos ao Desenvolvimento Nacional.

SUBCOMISSÕES

As subcomissões funcionaram no Itamarati e no gabinete do presidente da Funai, General Bandeira de Melo, durante cinco horas na tarde de ontem. Hoje, a Comissão II, já recomposta discutirá pela manhã o que foi recomendado como resultado das discussões das três subcomissões. E, à tarde, os documentos serão levados ao plenário para apreciação final.

Na Subcomissão I — número é o mesmo de referência do tema — participaram o Brasil, Equador, Estados Unidos, México, Venezuela. Na Subcomissão II, Chile, Estados Unidos, Espanha (como observador) e Peru. E na Subcomissão III, Panamá, Argentina, Guatemala, Bolívia, México, Venezuela, Costa Rica e Colômbia.

Observadores estranharam a ausência da delegação dos Estados Unidos na Subcomissão III, já que o tema — Comportamento dos Organismos Indígenas Frente ao Surgimento de Movimentos Nativistas — seria o de maior interesse para aquele país, que se de frente especificamente cor o problema.

Somente na tarde de ontem as delegações estrangeiras começaram a apresentar projetos de recomendação. Os Estados Unidos tiveram o seu aprovado o Equador, que levou três, espera a aprovação par hoje.

Considerando que a música, a arte e os costumes dos índios são sagrados para a vida e a sociedade indígena e necessárias à sua interpretação e sobrevivência, o Estados Unidos recomendaram que "toda atividade para o desenvolvimento cultural material (cinema, literatura oral, músicas etc.), poderá ser desenvolvida somente com a completa cooperação e autorização das populações indígenas."

Decisão da OIT

Brasília (Sucursal) — Os observadores da OIT apresentaram ontem ao VII Congresso Indigenista Interamericano duas antigas decisões, que recomendavam aos Governos da Bolívia, do Equador e do Peru o estabelecimento de "um sistema de cooperação multinacional para unir esforços na realização de certas atividades de apoio aos respectivos programas de integração e desenvolvimento da população indígena."

Os mesmos observadores salientaram a importância do problema indigenista na América Latina e apelaram no sentido de que os organismos internacionais e regionais proporcionem assistência técnica e financeira objetivando a maior integração e desenvolvimento dos índios.

Os projetos

Considerando o estado de subnutrição crônica de determinados grupos indígenas e o baixo índice de rigidez física e mental desses grupos ser atribuído às carências nutricionais, o Brasil apresentou e teve aprovada a seguinte recomendação: "que o Instituto Indigenista Interamericano promova junto aos seus Estados membros pesquisas abrangendo — 1) O estudo do solo e do clima; 2) Sua correlação com a produção de alimentos; 3) O inventário dos alimentos nativos, sua análise bromatológica e seu valor nutritivo; 4) O estudo dos hábitos alimen-

tares dos índios e seu estado nutritivo e carências.

Outro projeto aprovado é o que o Brasil, por considerar que a malária constitui uma importante causa da mortalidade infantil nos 1.º e 2.º anos de vida, recomenda que sejam realizados estudos, objetivando a se conhecer a real prevalência da malária nas populações indígenas e a avaliar sua importância como causa de mortalidade, e que os estudos sejam apresentados no próximo Congresso Indigenista Interamericano, com a experiência e resultados obtidos por cada país no controle da malária.

Tuberculose

Quanto à tuberculose, já que os grupos indígenas em situação de contato têm se mostrado altamente suscetíveis à doença, o Brasil apresentou projeto, já aprovado, propondo que os países membros considerem como prioritário o controle e tratamento da tuberculose nas populações indígenas, de acordo com a orientação técnica preconizada pelos órgãos competentes.

Também foram aprovadas as recomendações do Brasil para que os países membros do III promovam, em regime de urgência, o levantamento e estudo sistemáticos das músicas e culturas musicais das populações e que se enviem esforços no sentido da formação de especialistas em etnomusicologia nas Américas. E, também, que o III, em colaboração com a OEA e a UNESCO, crie em cada país americano um museu etnográfico especializado em culturas indígenas, além da instalação, em dois países americanos, de museus etnográficos de caráter regional, dotados de biblioteca e discoteca que centralizem e conservem todo o material etnográfico relativo aos indígenas do continente.

O observador espanhol Cláudio Esteve Fabregat, por sua vez, apresentou moção, já aprovada e transformada em recomendação, oferecendo ao I.I.I. e aos países americanos interessados, assistência relacionada com o treinamento profissional de pessoas especializadas em educação técnica básica, em ocupações industriais e artesanais, e de programas específicos de produção e comercialização de artesanatos populares. Tal oferecimento se prende ao

desejo da Espanha de colaborar na promoção sociocultural dos indígenas americanos.

Mais cinco projetos de recomendação, levados pelo grupo brasileiro ao VII Congresso Indigenista, foram aprovados no final da tarde de ontem pela Comissão I.

Levando em conta que os grupos indígenas possuem uma soma de conhecimentos particularmente adequados ao meio-ambiente em que vivem, foi recomendado aos Estados membros do Instituto Indigenista Interamericano, no interesse de suas populações indígenas e do próprio desenvolvimento econômico, que procurem utilizar-se dos conhecimentos de adaptação ao meio-ambiente possuídos pelos indígenas que habitam o seu território.

Em outro projeto, o Brasil recomenda aos Governos dos países membros que considerem como válidos juridicamente aqueles atos praticados por indígenas segundo os padrões normativos de sua cultura, nas ordens por eles habitadas.

Considerando que o contato entre sociedades nacionais e tribais etnicamente diferentes acarreta problemas e relações conflituosas, a delegação brasileira recomendou também que todos os países membros incluam nos programas educacionais aplicáveis aos membros de suas sociedades nacionais, conteúdos destinados a promover a compreensão das diferenças e relatividade culturais, e que se dê especial ênfase e urgência à elaboração e aplicação de programas do tipo proposto, especialmente nas áreas onde já exista, ou se apresente para breve, uma situação de fricção interétnica.

Modificações

Inteiramente modificado, o projeto apresentado pela delegação brasileira sobre o desenvolvimento nacional e as nações indígenas foi aprovado ontem pela Comissão II do VII Congresso Indigenista Interamericano. A nova redação foi elaborada por uma subcomissão composta pelo Brasil, México e Peru, e tem o seguinte teor:

"Considerando: que o desenvolvimento econômico equilibrado e sustentado é objetivo fundamental dos países do sistema interamericano; que, em muitos desses países, a integração nacional é condição essencial do desenvolvimento econômico; que, no processo de desenvolvimento econômico, é imprescindível que se tenha em especial conta que a progressiva integração do índio à comunidade nacional deve ser feita de modo a que se preservem suas tradições bem como seus valores étnicos e culturais; que o desenvolvimento econômico em nada deve prejudicar o inalienável direito do índio ao bem-estar físico, social, mental e religioso; que o índio, sem prejuízo de suas tradições bem como padrões étnicos e culturais, deve partilhar dos benefi-

cios do progresso econômico e social;

RECOMENDA:

1 — Que, no tratamento da problemática indígena frente ao desenvolvimento econômico, sejam utilizadas técnicas científicas, adaptadas sempre às condições peculiares à comunidade indígena de cada país;

2 — que essas técnicas tenham por objetivo o desenvolvimento da comunidade indígena, dentro do contexto nacional, proporcionando-lhe os meios para sua participação no progresso econômico-social de cada país;

3 — que na aplicação dessas técnicas se tenha em especial consideração os diferentes graus de integração das comunidades indígenas à sociedade nacional;

4 — que ao mesmo tempo se realizem esforços para a preservação das culturas indígenas, proporcionando os meios que em cada caso sejam necessários.

No documento aprovado pouco restou do texto original lido ante a Comissão II pelo General Bandeira de Melo. Prevaleceu a idéia da delegada e antropóloga mexicana Margarita Armas, estabelecendo recomendações mais genéricas.